

N.F. Nº - 218323.0028/20-9  
NOTIFICADO - TRANSNIC TRANSPORTES LTDA.  
NOTIFICANTE - ELIEZER JOSÉ DE MIRANDA  
ORIGEM - DAT NORTE / IFMT NORTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 18/03/2025

**2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0048-02/25NF-VD**

**EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ENTREGA EM LOCAL DIVERSO AO DO DOCUMENTO FISCAL. NOTA FISCAL INIDÔNEA.** Notificado flagrado entregando a mercadoria (móveis) em local diverso ao estabelecido na Nota Fiscal. Documento Fiscal Inidôneo. Infração subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 29/05/2020, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 5.080,64, mais multa de 100%, equivalente a R\$5.080,64, perfazendo um total de R\$10.161,28, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 53.01.04: Entrega de mercadoria em local ou a usuário diverso do indicado no documento fiscal.

Enquadramento Legal: Art. 6º, inciso III, alínea “a”, art.13, inciso I, alínea “b”, item 1, art.17, § 3º e art. 44, inciso II, alínea “f”, da Lei 7.014/96 C/C o artigo 318, § 3º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12.

Tipificação da Multa: Art. 42, inciso IV, Alínea “c” da Lei 7.014/96.

Constam no processo os seguintes documentos: DANFE nº 128623 (fl.7), cópia da CNH do motorista e do documento do veículo (fl.05), DACTE nº 173.804 (fl. 9).

Assim consta na descrição dos fatos: “No exercício de nossas funções fiscalizadoras, na Trânsito de Mercadorias, abordamos uma carreta de placas de nºs FFN4G34 e AZY7488, tendo como motorista o SR. Edgar Junior Coelho, que estava descarregando móveis na Rua Visconde de Barbacena, 79, Centro de Abastecimento em Feira de Santana-BA, que no momento da abordagem o motorista apresentou o DANFE de nº 128623 e um DACTE nº 173804, com destino a empresária DAYANE RODRIGUES DANTAS, IE 143.416.966, sediada na Rua Recife, nº 55, caracterizando assim, entrega em local diverso do constante nos documentos fiscais, em anexos, cópias do DANFE e DACTE, cópias das documentações do veículo, cópia da habilitação, Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos de nº 217.252-1-26-05-20-1 e Planilha com Demonstrativo de Débito, para comprovação dos fatos.”.

O Notificado, através de seu representante, apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 14/68.,

Em um formulário padrão, a Notificada pede a improcedência total da Notificação Fiscal com os seguintes argumentos: “A referida mercadoria foi entregue no mesmo endereço da Nota Fiscal anexa. Assim, em pleno acordo com a norma, é improcedente a notificação”.

Não consta informação fiscal.

É relatório.

**VOTO**

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS de contribuinte acusado de estar entregando mercadoria em local diverso do determinado na NF-e 128623, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal.

Conforme está descrito no corpo da Notificação Fiscal, o Agente de Tributos lotado na IFMT/Norte flagrou o carreta de placas de nºs FFN4G34 e AZY7488, tendo como motorista o SR. Edgar Junior Coelho, que estava descarregando móveis na Rua Visconde de Barbacena, 79, Centro de Abastecimento em Feira de Santana-BA, utilizando para a circulação da mercadoria até o local a NF-e 128623,, que tinha registrado como destinatário a empresa DAYANE RODRIGUES DANTAS, IE 143.416.966, sediada na Rua Recife, nº 55, em Feira de Santana.

Entendo desta forma, que a ação fiscal está correta, pois a ocorrência do fato está bem caracterizada como entrega em local diverso ao que está determinado na NF-e, sendo esta considerada inidônea, tendo sido lavrado a Notificação Fiscal para cobrar o ICMS, em atendimento a legislação fiscal vigente no art. 6º, inciso III, “a”, art.13, “a”, 1, art.40, § 3º e art. 44, inciso II, “f” da Lei 7.014/96:

**Art. 6º** São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:

(...)

*III - os transportadores em relação às mercadorias:*

a) *que entregarem a destinatário diverso do indicado na documentação*

**Art. 13.** *O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do contribuinte ou responsável, é*

*a - tratando-se de mercadoria ou bem onde se encontre:*

*1 - quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhados de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária.*

**Art. 40.** Constitui infração relativa ao ICMS a inobservância de qualquer disposição contida na legislação deste tributo, especialmente das previstas no art. 42 desta Lei:

(...)

*§ 3º A mercadoria será considerada em trânsito irregular no território baiano se estiver desacompanhada de Nota Fiscal ou documento equivalente ou acompanhada de documento falso ou inidôneo, como definidos em regulamento.*

**Art. 44.** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

*II - inidôneo o documento fiscal que:*

(...)

*f) embora revestido das formalidades legais, tiver sido utilizado com o intuito comprovado de fraude.*

O Notificado apresenta defesa, alegando que a mercadoria foi entregue no local correto, no entanto, sem apresentar nenhuma prova que sustente esta alegação defensiva.

A simples negativa do cometimento da infração não exonera o sujeito passivo de comprovadamente elidi-la, conforme está estabelecido no artigo 143 do RPAF/BA:

*Art. 143. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.*

Por tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar em instância ÚNICA, **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **218323.0028/20-9**,

lavrada contra **TRANSNIC TRANSPORTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.080,64**, acrescido da multa de 60%, estabelecido no art. 42, IV, “c” da Lei nº 7.014/96, e os acréscimos legais.

Sala das sessões do CONSEF, 10 de março de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADOR

